

## Psicologia comunitária e intervenções em grupos populares

Maria Luisa Menezes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MENEZES, ML. Psicologia comunitária e intervenções em grupos populares. In RIVERO, NEE., org. *Psicologia social: estratégias, políticas e implicações* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 111-119. ISBN: 978-85-9966-286-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## Psicologia comunitária e intervenções em grupos populares

Maria Luisa Menezes

### Psicologia Comunitária: uma reflexão necessária

Busco, através deste texto, provocar uma reflexão sobre alguns aspectos da inserção em grupos populares, problematizando o próprio conceito intervenção e dialogando com as buscas epistemológicas da psicologia comunitária. O ponto de partida desta discussão foi a apresentação dos trabalhos e as inquietações surgidas no grupo: Psicologia Comunitária e intervenções em grupos populares. Não pretendo fazer uma descrição dos relatos ou dos debates, e sim uma análise sobre esta temática.

Quando nos deparamos com a questão da intervenção, faz-se necessário, discutir sobre o projeto que desenvolvemos em relação às classes populares e por consequência, o olhar psíquico, ou seja, o sentido da psicologia neste projeto. Esta discussão tem sido feita, ao longo dos anos, sob a proteção e suporte marxista que nos fez nascer enquanto área da psicologia social e comunitária, que comprometida com um projeto de transformação social se baseou no materialismo histórico dialético (Freitas, 1998). É inegável esta contribuição e fundamentação gestada e sustentada pela ABRAPSO, assim como, novos horizontes que ora nos abre, para novas antigas reflexões.

Pesquisas na área ambiental, rural, urbana, grupos específicos, comunidades, violência, o desemprego, demonstram, um alargamento no processo de pensar a inserção que nos anuncia um campo de desordem e complexidade a ser compreendida e investigada. As apresentações e a experiência de ensino, pesquisa e extensão que venho realizando nesta área tem me levado a visão de que estamos no momento de pesquisas e trabalhos intensos que nos façam descobrir novas categorias de interpretação da realidade junto às classes populares e movimentos sociais (Melucci). Esta já é uma posição que a física quântica, mas especificamente Capra (1987), tem possibilitado às ciências humanas. Esta foi a análise que tive ao ouvir os trabalhos. A diversidade das apresentações por um lado refletiu uma desordem, indicando-nos que temos um vasto caminho de pesquisa e investigação no campo da psicologia comunitária e seus atravessamentos de

classe social e subjetividade. As concepções teóricas que nortearam as apresentações foram a histórico-crítica e o modelo ecológico contextual.

As práticas de pesquisa e extensão apresentadas, não só neste encontro mais em tantos outros que já participei, demonstram a necessidade de pensarmos seriamente e corajosamente sobre os pressupostos que nos substanciam enquanto agentes, intelectuais e professores que intervêm e escreve sobre temáticas que envolvem classes populares, conhecimento científico e popular, ideologia, alienação. Melucci (2000), Touraine (1998), provoca um debate sobre as bases paradigmáticas que norteiam a teorizações e as práticas, também na psicologia, passamos por esta reflexão que discute as bases (predominantemente marxistas) que nos fundaram, aflorando uma crise necessária, sobre os nossos conceitos e concepções. Um aspecto que gostaria de destacar enquanto campo de conhecimento é da possibilidade que ora temos e necessitamos de criar nossas orientações sem contudo descartar o que nos enraíza enquanto crenças, princípio ético, teorias, epistemes, sem todavia tolher nossa criatividade existencial. Posso, por exemplo, manter como categoria de estudo e de “intervenção”, classe social e trabalhar numa perspectiva da natureza (Brandão, 1994). É o direito à autonomia, ou seja, à autoria do próprio trabalho, fazendo com que saibamos mais o que estamos fazendo, integrando vivencial e analiticamente, teoria e prática.

Partindo desta concepção, que amplia nossas “intervensões”, peço licença ao leitor, para, ao invés de intervenção, refletirmos sobre o termo “interação” anunciada por Boff (1999), numa mesma perspectiva que foi a problematização de Freire (1982), com o termo “extensão” sugerindo “comunicação”. O termo extensão assim como intervenção sugere uma imposição de quem ocupa um determinado lugar no sentido mecânico e técnico do termo. Os conceitos orientam formas de pensar e agir, e existem, dentro de um espaço legitimado. Interação é o movimento de agir com, a partir da presença e experiência do outro. Assumir esta concepção é muito mais do que defender um termo. Aqui entramos numa visão de trabalho comunitário. O estar com significa construir um projeto conjuntamente, onde os saberes não precisam ser tão evidenciados enquanto popular e científico. É o espaço da vivência coletiva que é diferente da dinâmica de grupo. Este é apenas um dos instrumentos da interação. É um conhecimento técnico, importante, mas não central. É necessário que o psicólogo

comunitário se identifique com o que constrói. O que queremos nós quando nos afirmamos como profissionais que trabalham em classes populares?

A potência da interação não está na intervenção, mas no processo interativo. Parece óbvio, mas não o é o suficiente para entendermos e encarnarmos o que fazemos. O vínculo vai orientando as pessoas a se expressarem e descobrirem a autonomia de serem sujeitos. A presença é fundamental. Isto leva a uma questão instigante sobre o olhar que o psicólogo tem sobre a vida e os fatos. Quando escutamos nosso imaginário, deparamos com a percepção de que o psicólogo é aquele que vai resolver problemas, portanto, nosso olhar está voltado para os problemas, até para continuarmos existindo. E como seria se invertêssemos a lógica, e focalizássemos a saúde.

Não é apenas um ponto metodológico. É um modo de estar com as pessoas, um estilo de viver que desorganiza e organiza novas estruturas. A psicologia comunitária se propõe a acreditar profundamente na potência e na capacidade das pessoas se estruturarem, na construção coletiva, na identidade pessoal e coletiva que vai se construindo nos movimentos sociais (Melucci, 1998). A aprendizagem com estes movimentos é contínua, e daí, surge a necessidade de uma reflexão profunda sobre as consequências de permanecer em trabalhos pontuais isolados ou afirmar-se junto aos movimentos em que nos propomos trabalhar.

A diversidade de trabalhos tem nos mostrado a importância de debruçarmos numa análise contextual, específica no sentido de aprender com cada experiência e ao mesmo tempo, construir conceitos e categorias analíticas enraizados às nossas práticas. Recuperar o sentido verídico do resgate histórico junto à comunidade, ou seja, fazer com que as pessoas tragam mais vida em suas vidas numa proposta biocêntrica (Toro, 1991), de reencantamento com a vida, de descoberta do sensível, situando o espaço enquanto lugar: situado, singular, povoado por lembranças pessoais, sítio de experiências colorido por emoções datadas. Esse espaço que se desdobra e singulariza em casa, concha, ninho, cofre, gaveta, é cenário da vida do corpo, morada dos afetos, fonte de poíesis... (Pesanha, p.156).

A comunidade, sua conceituação, interação e investigação leva-nos a discussão de Boaventura (1987), sobre o paradigma emergente, no qual o conhecimento científico aproxima-se cada vez mais do discurso da crítica

literária ou artística, ligada a um conhecimento prudente, onde ao se fazer ciência, as pessoas se constroem, como o artista que estando altamente entregue no ato de criação, permanece implicado no resultado de sua obra, desenvolvendo uma integração entre ética e estética.

O enfoque desta reflexão constrói-se na busca de uma redução de conhecimento pautada numa “nova racionalidade” (Boaventura, 1987 p.56), numa “prática de auto-gestão... num lugar intermediário, lugar da interação e da construção conjunta. Um modelo de conhecimento que não exclua a ternura” (Restrepo, 2000 p.85)

O contexto comunitário, o desafio da psicologia se complexifica mais e mais quando optamos por uma expansão e um sentido de ciência onde a intuição e poesia caminham juntas, e resgate a vida das sociedades arcaicas, nas quais “o trabalho era acompanhado por cantos e ritmos, e enquanto preparava-se a farinha nos pilões, cantava-se ou utilizava-se esses mesmos ritmos” (Morin, 1999, p.37). Essa “nova racionalidade” provoca uma discussão antiga e profunda sobre o sentido da razão humana e a indissociável, porém negada relação entre afeto, corporeidade e racionalidade. Tenho me indagado profunda e curiosamente sobre o sentido desta negação, no qual o movimento comunitário nos instiga para uma busca de perguntas e respostas. De onde vem, por exemplo, a idéia de que a música e a dança são necessariamente instrumentos de alienação ou negação da consciência?

Ao longo dos quinze anos de observação e experiência com trabalho comunitário, tenho observado curiosamente, os interesses e relações entre lideranças comunitárias, agentes externos e os pequenos grupos e movimentos existentes nas comunidades. Indago-me sobre o sentido do estar ali, sobre as esperanças e desencantos, sobre a magia e a coragem dos que por opção se fazem presença nas lutas (cotidianas) da vida comunitária. Encontro cada vez mais espaços de solidariedade, onde a afetividade e as identificações têm dado sustentabilidade aos projetos sociais comunitários, como por exemplo, redes de cooperativas:

Os tempos, os ritmos, têm revelado uma riqueza sobre a diferença e identidade dos movimentos sociais e a relação estabelecida entre pesquisador, agente, comunidade no deciframento sobre a construção de nossos conhecimentos.

Existe um tempo reconhecido entre nós, o da experiência, onde passado, presente e futuro se interfluenciam sem uma progressão linear e determinante, que para Melucci (1996), não é o tempo do relógio, é o ritmo vinculado a uma dimensão da natureza, da respiração, da surpresa e da construção, portanto da autonomia. O ritmo, vivência do tempo, quando respeitado, visualizado, permite que as pessoas se movimentem em escolhas baseadas na descoberta dos sonhos, no desejo, nas emoções e naturalmente, esbarrem nas regras e no tempo social. Portanto, abrir esta discussão e mais do que isso, acreditar e lutar para que as pessoas vivam seus tempos (ritmos), significa desvelar uma grande divisão entre a experiência individual e o ritmo social, entre a qualidade do tempo vivido e as exigências e os significados da chegada. Tempos fragmentados, patologias são a consequência direta da perda de uma unidade temporal, que através das drogas, a juventude busca encontrar a expansão do tempo interior, o elo perdido e a consciência de onde realmente estamos. Ou seja, resgatar a qualidade da vivência de sentir-se uno, ligado, onde a corporeidade é o espaço vivido de nossos próprios limites (Melucci, 1996). Ou seja, da identidade constituída na relação tempo-ritmo, a qual possibilita a construção de pequenas redes (universidade, comunidade, pessoas, movimentos sociais).

Esta breve e introdutória discussão tem como objetivo suscitar nos profissionais e estudantes, o desejo de diálogo e aprofundamento, numa reflexão que envolve mudanças de paradigmas, na interligação entre corporeidade, tempo-ritmo, identidade coletiva, para que se possa resgatar o sentido primeiro da psicologia comunitária, onde teoria e prática se retroalimentam, possibilitando-nos um espaço de recriação de práticas e conceitos que fundamentam e estruturam a área de psicologia comunitária baseada na busca de transformação social, que ora se apresenta com novas (outras) matizes. E que o espírito artístico e poético possa nos iluminar enquanto agentes e pesquisadores no sentido de compreender a poética de Bachelard (1993), “Portanto, é preciso que o saber seja acompanhado de um igual esquecimento de um saber. O não-saber não é uma ignorância, mas um ato difícil de superação do conhecimento” (p.16), rumo a um diálogo intenso da diversidade, que ora nos cercam na busca diferenciada de uma vida que nos dignifique como seres vivos e não mais como seres que assistem passivamente a morte lenta, gradual e tão sofrida de nossa espécie.

## **Manifesto para uma atualização da Psicologia Social**

Gregório Baremlitt

A Psicologia Social, na sua versão mais conspícua, contemporaneamente vigente, nasceu nos Estados Unidos, principalmente a partir da contribuição de intelectuais e cientistas emigrados da Europa na década de quarenta.

Suas principais fontes teóricas foram, com diversos graus de influência: na vertente Psicológica – a Psicanálise, o Comportamentalismo, a Teoria da Gestalt, o Psicodrama e a Reflexologia; na vertente sociológica – a estirpe de Comte (Weber, Durkheim e Pareto), com contribuições de Marx, Tarde, MacDougall e outros.

Sua modalidade predominante foi a baseada na Teoria de Campo de Kurt Lewin, assim como, num sentido mais amplo, o Estrutural-Funcionalismo de Parsons e outros autores, não obstante existir inumeráveis matizes e diversas orientações.

Suas primeiras aplicações tiveram a ver com problemas do âmbito do Trabalho, do Consumo e do Preconceito, sendo seu dispositivo operacional prevaemente, em princípio, os pequenos grupos e, depois, as pesquisas de massas, ligadas predominantemente a questões demográficas e ao marketing comercial e eleitoral.

Sua definição de Psiquismo, assim como a de Sociedade, tem variado de acordo com a orientação ético-político-epistemológica de origem, sendo as mais pregnantes as comprometidas com a investigação e a solução das contradições causadoras e resultantes da plena implantação das formações econômicas capitalistas modernas e com o sistema da democracia chamada “formal”, representativa, republicana e federativa.

O marco mundial em que esta Psicologia Social desenvolveu-se foi o dos conflitos entre as citadas democracias e o nacionalismo-socialismo, na segunda guerra mundial e depois do pacto de Yalta, entre o capitalismo americano e europeu, o bloco socialista real e os capitalisms tardios ou dependentes. Dito desde outro ângulo: acompanhou e participou na problemática da passagem do colonialismo clássico ao neo-colonialismo (tanto do imperialismo capitalista como do social-imperialismo soviético) e,

finalmente, ao da globalização neoliberal contemporânea do Capitalismo planetário integrado (incluindo nele as variedades social-democráticas, os eurocomunismos, os comunismos em vias de capitalização, etc.).

Pode-se dizer que, não sem matizes importantes, a Psicologia Social predominante, nasceu e cresceu inspirada na razão, nos interesses e nos desejos do Estado e do Capital (Capital privado e/ou Capitalismo de Estado) embora que manifestamente dedicada aos da Sociedade Civil e aos ditos “Populares”.

A Psicologia Social se constituiu e existe como uma Disciplina e as duas “figuras” jurídico-epistemológicas que lhe são inerentes, tal como a conhecemos, são as da Profissionalidade e da Especificidade. A primeira, como institucionalização da legalidade desta prática, dentro da divisão técnica e social do trabalho; a segunda, como constância da cientificidade e do reconhecimento acadêmicocorporativo desse saber e da idoneidade dos seus agentes. Essas “figuras”, que dentro da “natureza” das formações de soberania modernas têm como valores essenciais a legitimação e a neutralidade, são a fiel expressão do direito positivo e de determinada concepção instrumentalista e utilitária da ciência. Em consequência, elas são compenetradas e são partícipes ativas (embora que diferenciadas e contraditórias), de todos os “defeitos” e “virtudes” axiomáticos e concretos, do Estado e do Capital, entre os que prevalecem: a preservação da propriedade e da pessoa dos proprietários, a acumulação-concentração da riqueza, do poder e do prestígio e, em última instância, a produção e a conversibilidade mercadológica de quanto existe, no Equivalente Geral Dinheiro.

Obviamente, nunca faltou, nessas éticas, teoria e práticas, um pólo, ou bem “humanitário”, ou progressista, ou até “revolucionário” (seja como for que se entendam tais denominações).

Jamais foi a mesma coisa trabalhar em Psicologia Social para os serviços de inteligência dos terrorismos de Estado, ou para o incremento artificial da competitividade da produção e consumo mercantis, do que para sindicatos combativos, associações comunitárias ou para a realização do que puder ter de bom nas políticas públicas de educação, saúde e bem-estar coletivo em geral. Houve Psicólogos Sociais que, fosse qual fosse a inventividade e singularidade de suas escolas (amiúde surpreendentemente

pobres), dera, até sua vida em defesa do que de melhor tem a democracia formal ou alguma concepção falida do socialismo.

Ultimamente, dentro do polimorfo, bizarro e desigual panorama da pós-modernidade, a Psicologia Social tem se sofisticado com matizes tomados dos recursos teóricos e técnicos da comunicação, da informática, da cibernética, da telemática, dos sistemas, da complexidade e, em geral, do chamado novo paradigma. Mas, tais avanços não têm mostrado por si mesmos, ser garantia alguma da decidida aposta da Psicologia Social a serviço das “minorias majoritárias” exploradas, dominadas, mistificadas e “descartáveis”, que as crises estruturais do capitalismo planetário integrado “triumfante” tem multiplicado no mundo inteiro.

A taxativa e exponencial assimetria entre o “Norte” hipertrófico e o “Sul” agonizante, o incremento da desigualdade na distribuição da renda e de todos os benefícios civilizatórios, a miséria e a pobreza, o desemprego, a morbimortalidade, e a delinquência “pandêmicas”, a discriminação étnica, sexual, racial e as guerras locais generalizadas exigem desesperadamente (entre milhares de mutações), a crítica e a reformulação radicais das disciplinas “científicas”: sua concepção de especificidade, de profissionalidade, sua ética, teoria, técnica e práxis.

Começa a ser notório, no mundo inteiro, a proliferação das chamadas entidades do terceiro setor (não estatal e não privado), assim como as dos movimentos e organizações populares, de inspiração auto-analítica e autogestionária que, aliadas aos pólos e segmentos autenticamente implicados da democracia formal (partidários, religiosos, culturais, etc.) lutam pela construção de uma Nova Terra, justa, livre e solidária.

Neste novo mundo, a redefinição e reinvenção do que é Subjetividade e Sociabilidade é um aspecto de incalculável importância e, a participação de inéditas versões do que era a Psicologia Social se tornam imprescindíveis para deter o genocídio, a depredação da natureza e a distorção mercantil do parque tecnológico.

Estas tentativas de atualização da Psicologia Social sob um paradigma ético-estético-político-neo-científico já existem, apesar de estarem longe de ter adquirido a difusão e a aplicação que se precisa. Mas sua atualização não deve ser entendida no sentido de uma hiper modernização e um aggiornamento mercenário, cada vez mais

organicamente compenetrado com os interesses e desejos (empresariais, estatais, acadêmicos, etc.) da axiomática do Capital. Atualização da Psicologia Social (assim como de todos os equipamentos da sociedade Pós-industrial) deve ser compreendida no sentido bergsoniano de Atualização das potências do Virtual, ou, como dizem Deleuze e Guattari, na plena efetuação das formidáveis pré-energias e pré-forças do Processo da produção Desejante, que são o âmago de uma realidade na qual “tudo” é “possível”.

Na década de sessenta, Herbert Marcuse dizia que “a era da abundância já tinha chegado”, significando que a potência produtiva da realidade moderna já tinha atingido a capacidade de solucionar os principais problemas que afetavam a população mundial. Em quarenta anos, o capitalismo mundial integrado conseguiu capturar predominantemente tais capacidades colocando-as a serviço exclusivo de que “o dinheiro produza dinheiro”. Para consegui-lo, foi uma mola fundamental a reprodução de subjetividades e sociabilidades que fossem funcionais a esses objetivos, assim como o de marginalizar, desqualificar ou eliminar as que não o eram.

Atualizar a Psicologia Social implica transmutá-la em dispositivos de produção de subjetivação e de socialização singulares, extraordinariamente diferentes dos preconizados como “universais”, “invariantes” e “exclusivos”, tanto pela “mídia”, a “cultura”, ou a “ideologia” dominante, como pelas disciplinas científicas a-críticas.

Os agentes da Psicologia Social não tardarão em se convencer de que, ou se agenciam implicadamente nos dispositivos de luta pela Utopia Ativa da Nova Terra, e/ou se inserem como discretos militantes “infiltrados” na parafernália do Estado e do mercado... ou serão partícipes, co-responsáveis (e de alguma forma vítimas) da catástrofe assintótica (ou seja, incessante e sem final), que o Capitalismo planetário reserva para a imensa maioria dos seres vivos.